



REGRAS SOBRE **DRONES**

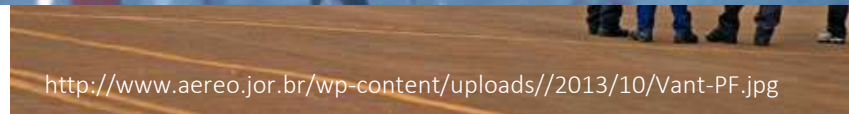
Histórico

30 de maio de 2017



O Início

- 2005: Seminário DCTA/IFI
- Ano de 2010:
 - Primeira solicitação formal de CA
 - Aquisição de um Avião de Patrulha (AN)
- 2011:



1º Seminário Internacional de VANT
Veículos Aéreos Não Tripulados
21 e 22 de junho de 2005

O 1º Seminário Internacional de VANT, que será realizado no Centro Técnico Aeroespacial - CTA, nos dias 21 e 22 de junho de 2005, reunirá organizações governamentais, universidades, especialistas, empresas nacionais e internacionais produtoras de VANT ou de sistemas e serviços associados.

É importante ressaltar que as aplicações operacionais de VANT abrem perspectivas de desenvolvimento de novas empresas de produção e venda de serviços nesta área.

APRESENTAÇÕES

Realização
AERONÁUTICA DO BRASIL

Organização
IFI
Instituto de Fomento e Coordenação Industrial

Patrocínio
AIRCRAFT INDUSTRIES LTD
FITec
Inovações Tecnológicas
FUNCATE
Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais

Apoio Institucional
Ministério da Defesa - MD
Comando da Aeronáutica - COMAer
Comissão de Ciência e Tecnologia para a Defesa - COMASSE

Apoio
ADCA
Associação Brasileira dos Cientistas da Indústria de Aviação do CTA

Decisão 127/2011

- Publicada em 29 nov 2011
- Autoriza operações de RPAS pelo DPF
 - Anexo: critérios e condições



<http://www2.anac.gov.br/biblioteca/decisooes/2011/DA2011-0127.pdf>

IS 21-002A

- Emissão de CAVE para VANT
- Consulta pública: 14 maio 2012
 - 25 comentários
 - 12 organizações
- Publicação: 5 outubro 2012
- Cancelada pela IS E94.503-001A

 INSTRUÇÃO SUPLEMENTAR - IS	
IS Nº 21-002	
Revisão A	
Aprovação:	Portaria nº 2.031/SAR, de 4 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 194, 5/1, pág. 26, de 5 de outubro de 2012.
Assunto:	Emissão de Certificado de Autorização de Voo Experimental para Veículos Aéreos Não Tripulados. Origem: SAR/STPN
1. OBJETIVO	Esta Instrução Suplementar – IS visa orientar a emissão de Certificado de Autorização de Voo Experimental com base no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 21 – RBAC 21 para Veículos Aéreos Não Tripulados – VANT.
2. REVOGAÇÃO	NA.
3. FUNDAMENTOS	<p>3.1 O art. 114 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica – CBAer), dispõe que nenhuma aeronave poderá ser autorizada para o voo sem a prévia expedição do correspondente Certificado de Aeronavegabilidade – CA, que só será válido durante o prazo estipulado.</p> <p>3.2 O art. 89, XXXI da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, dispõe que a competência para emissão de CA cabe à ANAC como autoridade de aviação civil.</p> <p>3.3 A Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, considerando a redação dada pela Resolução nº 162, de 20 de julho de 2010, estabeleceu, em seu art. 14, que a ANAC pode emitir IS para esclarecer, detalhar e orientar a aplicação de requisito previsto em RBAC.</p> <p>3.4 O art. 14 da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, modificado pela Resolução nº 162, de 20 de julho de 2010, também determina, em seu § 1º, que o administrador que prescinda, para qualquer finalidade, demonstrar o cumprimento de requisito previsto em RBAC poderá adotar os meios e procedimentos previamente especificados em IS ou apresentar meio ou procedimento alternativo devidamente justificado, exigindo-se, nesse caso, a análise e concordância expressa do órgão componente da ANAC. O § 2º do mesmo artigo estabelece que o meio ou procedimento alternativo deve garantir nível de segurança igual ou superior ao estabelecido pelo requisito aplicável ou concretizar o objetivo do procedimento normalizado em IS.</p> <p>3.5 Considerando o exposto nesta seção, esta IS objetiva detalhar e orientar a aplicação dos requisitos do RBAC 21 aos Sistemas de Veículo Aéreo Não Tripulado visando à emissão de um Certificado de Autorização de Voo Experimental.</p>
Origem: SAR/STPN	 ANAC AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
	1/31

Certificados de Aeronavegabilidade (CAVE + AEV)



Autorizações especiais (SPO)

- Processo estabelecido inicialmente para tratar das demandas relacionadas à operações de combate à dengue
- Conduzido pela GOAG/SPO
- Limitado para operações VLOS até 400 pés com aeronaves com PMD até 25 kg.
- Cerca de 400 autorizações emitidas até a publicação do regulamento.

O Grupo de Trabalho

- Proposta de Fórum
- Criação de comitê VNT pela ABIMDE no final de 2011
- Reunião ABIMDE-ANAC em fev 2012
- Proposta de regra Skydrones/ABIMDE enviada em 30 de janeiro de 2013
- Grupo de Trabalho formalmente estabelecido em 14 de junho de 2013

Premissas para a regulamentação

- Viabilizar operações, desde que a segurança às pessoas possa ser preservada.
- Minimizar ônus administrativos e burocracia.
- Permitir evolução conforme setor se desenvolve (regulamento especial).

O Grupo de Trabalho

- Participantes: SAR e SSO (atual SPO)
- Coordenação com outros setores da ANAC: GGAF (atual SFI), PROC, SIA, SRE
- Coordenação com outras instituições públicas: ANATEL, DECEA, DCTA, SENASP/MJ
- Envolvimento antecipado e amplo da sociedade
- Inputs:
 - Experiência IS 21-002A e Decisão 127/2011
 - Workshops realizados
 - Reuniões de coordenação com instituições públicas
 - Discussões em fóruns internacionais
 - Experiências de outros países

Workshops

- Discussão antecipada com os diversos setores da sociedade como forma de subsidiar o trabalho em andamento
- Dois workshops realizados

Primeiro Workshop

- São Paulo, 4 e 5 de setembro de 2013
- Apresentações: DECEA, DPF, ABIMDE e AIAB
- Discussão de tópicos a serem abordados no futuro regulamento
- Apresentação de proposta de classificação de RPA

Proposta de Classificação



PMD
≥ 150 kgf

<http://zbnly.com/assets/1111GP4247c.jpg>

on SC 4C Part 1

Segundo Workshop

- SJCampos, 19 e 20 de fevereiro de 2014
- Apresentação e discussão dos conceitos propostos para o futuro regulamento
- Critérios para projeto, registro, licença e habilitação, manutenção, regras de operação
- http://www.anac.gov.br/Noticia.aspx?ttCD_CHAVE=1315

RBAC-E nº 94

- Primeira minuta finalizada em 29 de abril de 2014
- Parecer da procuradoria em 18 de julho de 2014
- Pedido de vista do Diretor-Presidente em janeiro de 2015
- Instauração de audiência pública em 3 de setembro de 2015
 - Sessão presencial em 11 de setembro de 2015 (BSB)
 - Prazo prorrogado até 2 de novembro de 2015
 - 277 contribuições recebidas
- Apresentação de relatório e pedido de vista em 4 de abril de 2017
- Aprovação na REDIR de 2 de maio de 2017



REGRAS SOBRE **DRONES**

Perguntas?